CONSIDERANDO o art. 13, Inciso IX, da Instrução Normativa nº 02/2008, de 07 de maio de 2008, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem os encargos de Gestor, Fiscal e Suplente de Contrato, citados a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO	ÁREA CONTEMPLADA	GESTOR	FISCAL	SUPLENTE
99/2020	2019/17010/00883	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de postais e telegráfico para atender as necessidades desta secretaria de Cidadania e Justiça.	Secretaria da Cidadania e Justiça	Francisco Pontes Jardim Neto Matrícula: 836713-6	Filipe Rodrigues Sardinha Matrícula: 11614790-2 Sandra Costa da Silva Matrícula: 83145-4	Silvia Pereira Carlos Matrícula 11202092-5

Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato, dentre outras:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar a solicitação de prorrogação ou necessidade de nova contratação a área responsável;

II - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando o saldo para não ultrapassar o valor contratado;

III - conhecer as responsabilidades do contratado relativo a todas as obrigações tributárias, fiscais e previdenciárias;

IV - zelar para que a prestação do serviço/entrega de materiais esteja rigorosamente dentro do prazo de vigência do contrato;

V - verificar se consta na NF/Fatura a indicação correta da retenção dos tributos exigíveis, conforme contrato;

VI - zelar pela correta instrução processual, juntada de documento e cronologia dos fatos;

VII - manter sob sua guarda o processo de contratação;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

IX - anotar em formulário próprio, na parte que lhe couber, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

X - atestar as notas fiscais para pagamento;

XI - aplicar à contratada as penalidades e glosas prevista no contrato;

XII - solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

XIII - acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

XIV - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades;

XV - encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações formulados pela contratada em relação ao instrumento contratual;

Art. 3º São atribuições do Fiscal e Suplente, dentre outras:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas do Contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;

III - certificar/conferir a realização dos serviços efetivamente prestados nas condições estabelecidas no instrumento contratual e/ou recebimentos dos materiais;

IV - manter cópia dos documentos (contrato, termos aditivos, editais, termo de referência, projeto básico, etc.,) relacionados ao contrato para dirimir eventuais dúvidas sobre o cumprimento das obrigações da contratada;

V - informar a Área Responsável pelo Controle dos Contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar em aplicação de penalidades;

VI - solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem sua competência;

VII - conferir se o quantitativo de pessoas que estão prestando os serviços está de acordo com o contrato assinado (que deverá coincidir com o Projeto Básico/Termo de Referência e propostas);

VIII - solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

IX - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar, através de relatório ao Gestor para ciência e apreciação das providências;

X - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

XI - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência;

XII - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

XIII - manifestar-se ao supervisor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

XIV - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

XV - indicar eventuais glosas das faturas.

Art. 4º Em complemento as atribuições descritas no art. 2º, os trabalhos de fiscalização, aplicam-se lhes as disposições da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 26 dias do mês de novembro de 2020.

HEBER LUÍS FIDELIS FERNANDES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO CEDCA/TO Nº 10, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a criação do Comitê de gestão colegiada de rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência do Estado do Tocantins.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/TO, considerando a competência que lhe confere a Lei nº 1.763, de 02 de janeiro de 2007 e a Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e às deliberações da 7ª Assembleia Ordinária, realizada no dia 16 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO a importância da escuta especializada, perícia e do depoimento especial, com a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em local apropriado e acolhedor, cumprindo os protocolos adequados e por profissionais qualificados.

Considerando a Resolução nº 169/2014 - CONANDA, de 13 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente prevista nos arts. 86, 87, incisos I, III, V e VI e 88, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Considerando que o art. 10, da Lei nº 13.431/16 e art. 23, §único, do Decreto nº 9.603/18 trazem a Escuta Especializada e o Depoimento Especial deverão ser realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência

Considerando ainda os termos do artigo 9º, do Decreto Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, que regulamenta a Lei 13.431/17, que trata do sistema de garantias de direitos da criança e adolescente vítimas ou testemunha de violência:

Art. 1º Resolve criar no âmbito do CEDCA, o Comitê de gestão colegiada de rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

§1º compõem esse comitê as seguintes instituições e seus respectivos representantes:

I - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Tâmara Kássia Da Silva Melo e Maria Istéllia Coêlho Folha

II - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES:
José Gilbert Arruda Martins e Cleidiana Santana Parente

III - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Ana Carolina Marinho Braga e Antônia Ferreira Dos Santos

IV - SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
Vanderlúcia Ferreira Trindade e Alynne Ferreira Rocha

V - SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA;
Rejane Pereira Pinto e Andréia Das Neves Seles

VI - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE;
Viviane de Souza Paiva e Kalliana de Siqueira Souza

VII - POLÍCIA MILITAR;
Leonardo Amorim Teixeira e Kates Romes de Souza

VIII - CORPO DE BOMBEIROS;
Nilton Rodrigues dos Santos e Adailton Alves Pereira

IX - CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
Mônica Pereira Brito e Mariana Borges Miranda

X - ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE CONSELHOS TUTELARES;
Elizete Sales Sodré e Giuva Souza Lima

XI - MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL;
Konrad Cesar Resende Wimmer e Sidney Fiori Junior

XII - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS:
Frederico Paiva Bandeira e Rafael Gonçalves De Paula

XIII - DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL:
Fabiana Razera Gonçalves e Maurina Jácome Santana

§2º Representantes de órgãos e entidades públicas e privadas poderão ser convidados a colaborar com as atividades deste Comitê.

Art. 2º São atribuições do comitê de gestão colegiada da rede de proteção à criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.

I - Definir o fluxo de atendimento à criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, buscando a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos, de forma prioritária;

II - Acompanhar, avaliar e emitir pareceres e relatórios periodicamente acerca das ações desenvolvidas para efetivação da Lei 13.431/17;

Art. 3º O Comitê de gestão colegiada da rede de proteção à criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, contará com coordenador(a) e relator(a) escolhidos entre seus membros;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tamara Kássia da Silva Melo
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/TO

PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL DE MULTA ADMINISTRATIVA Nº 49/2020

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor NOTIFICA, com fulcro no artigo 48, da Portaria nº 001/2015, os devedores das multas administrativas indicados no Anexo a este Edital, a comparecerem em sua sede localizada na Quadra 103 Norte, Anexo II Avenida LO 02 Lotes 57/59, CEP: 77.001-022, Palmas - TO, ou entrem em contato pelo e-mail: notificacao@procon.to.gov.br para quitarem seus débitos com os acréscimos legais ou solicitar o parcelamento previsto no artigo 44, sob pena de imediata inscrição na Dívida Ativa do Estado do Tocantins.

Palmas, 02 de dezembro de 2020.

WALTER NUNES VIANA JÚNIOR
Superintendente de Proteção aos Direitos do Consumidor
PROCON/TO

ANEXO ÚNICO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL

ITEM	F.A.	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ/CPF
1.	17.001.010.18-0030909	BANCO BMG SA	61.186.680/0001-74
2.	17.001.006.18-0031552	BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12
3.	17.001.003.18-0028726	BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12
4.	17.001.006.18-0022930	BANCO CETELEM S.A.	00.558.456/0001-71
5.	17.001.003.18-0028726	METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA S.A	02.102.498/0001-29
6.	17.001.003.18-0002911	OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	05.423.963/0011-93
7.	17.001.004.18-0016004	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	76.535.764/0325-09
8.	17.001.002.18-0035829	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	76.535.764/0001-43
9.	17.001.004.18-0016302	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	76.535.764/0325-09
10.	17.001.002.18-0020676	TRES COMÉRCIO DE PUBLICACOES LTDA.	00.597.491/0002-80

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL DE MULTA ADMINISTRATIVA Nº 50/2020

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor NOTIFICA, com fulcro no artigo 48, da Portaria nº 001/2015, os devedores das multas administrativas indicados no Anexo a este Edital, a comparecerem em sua sede localizada na Quadra 103 Norte, Anexo II Avenida LO 02 Lotes 57/59, CEP: 77.001-022, Palmas - TO, ou entrem em contato pelo e-mail: notificacao@procon.to.gov.br para quitarem seus débitos com os acréscimos legais ou solicitar o parcelamento previsto no artigo 44, sob pena de imediata inscrição na Dívida Ativa do Estado do Tocantins.

Palmas, 02 de dezembro de 2020.

WALTER NUNES VIANA JÚNIOR
Superintendente de Proteção aos Direitos do Consumidor
PROCON/TO

ANEXO ÚNICO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL

ITEM	F.A.	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ/CPF
1.	17.001.003.18-0000543	AMERICAN SOLUCOES EIRELI	11.035.366/0001-12
2.	17.001.006.18-0011641	BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.	71.371.686/0001-75
3.	17.001.011.19-0002705	CIELO S.A	01.027.058/0001-91
4.	17.001.010.18-0021491	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS	25.089.509/0001-83
5.	17.001.004.18-0017904	F R - CLINICA ODONTOLOGICA LTDA	09.610.695/0001-06
6.	17.001.003.18-0041509	LOJAS RENNER S.A.	92.754.738/0001-62
7.	17.001.003.19-0007271	LUANA RAFAELA SILVA PELISSAO 04160018157	31.492.062/0001-91
8.	17.001.010.18-0032434	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	76.535.764/0001-43
9.	17.001.002.16-0016346	TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL	01.016.989/0036-14